Uma outra economia é possível. Paul Singer e a economia solidária

André Ricardo Souza; Gabriela Cavalcante Cunha e Regina Yoneko Dakuzaku (Orgs.)

por Monika Dowbor'

Se uma outra economia é possível, como afirma o título da segunda coletânea dedicada à economia solidária publicada pela editora Contexto¹, essa possibilidade encontra-se num equilíbrio instável entre aquilo que se apresenta como seu projeto e a realidade constituída por empreendimentos solidários. Esta parece ser a tônica predominante desse livro, que oferece tanto ao leitor alhejo à economia solidária

quanto ao seu militante uma fonte atualizada e bem organizada das diversas facetas de economia solidária no Brasil e de duas experiências de referência no mundo, os kibutzim israelenses e o complexo cooperativo de Mondragón na Espanha.

Os caminhos da reflexão tomados por esse grupo de autores que, além de pesquisadores, na sua maioria atuaram ou ainda atuam em entidades e agências de fomento de economia solidária, percorrem a análise das condições necessárias para a consolidação desta economia como uma alternativa com força para disputar um lugar ao sol, as interpretações acerca de suas origens e de contornos de sua identidade, os ensaios sobre as possibi-

^{*} Mestranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo

O primeiro volume, organizado por Paul Singer e André Ricardo Souza, foi A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

lidades de existência e instauração da autogestão como modo de trabalhar e de se relacionar com os outros e a interpretação crítica e desmistificada dos casos concretos de formas cooperativistas no Brasil e no mundo. No que se refere à organização de informações e conhecimentos, atividade relevante num campo tão novo como é o da economia solidária, merecem destaque o artigo de Gabriela Cavalcanti Cunha que é uma excelente sistematização da discussão de contrapontos, diferenças e semelhanças entre os estudiosos desse campo em diversos países, e o de Denise Gomide no qual a autora apresenta a fascinante e sinuosa história dos kibutzim.

O livro é também uma homenagem ao professor Paul Singer, um intelectual e militante da economia solidária. No entrelaçado de depoimentos do próprio homenageado com os de seus discípulos, no texto de Paulo de Salles Oliveira, revela-se aos leitores um homem de rara coerência entre a teoria e a prática. A importância de Singer vem também à tona nas referências que quase todos os artigos fazem aos seus escritos. E o diálogo com quem é considerado o emblema da economia solidária no Brasil lembra muito o clima de suas aulas: parte-se de seus pressupostos, mas vai-se em diversas direções, desbravando, arriscando novas hipóteses, contestando e propondo.

Um desses debates, para o qual gostaria de chamar atenção, gira em torno daquilo que vem a ser ou pode vir a ser a economia solidária². É uma outra economia ou um novo

cooperativismo? Um movimento social ou político? Trata-se de isolados implantes socialistas ou de uma revolução social? É uma alternativa ao sistema capitalista ou uma resposta à crise de desemprego? Ao mesmo tempo que estas diversas denominações denunciam um esforço de conceituação de algomuito recente, podemos considerá-las também como elementos da construção de identidade daqueles que se sentem parte da economia solidária. Isto fica bem claro, quando tratam de dizer o que não é a economia solidária. Ela é contraposta ao cooperativismo tradicional, "burocratizado", "degenerado em busca de eficiência no mercado", representado pela Organização das Cooperativas Brasileiras, entidade de representação política constituída em 1971, que representa as sete mil e trezentos e cinquenta e cinco cooperativas de treze ramos e cinco milhões e setecentos e sessenta e dois mil cooperados que a ela são filiadas3. Uma segunda oposição é forjada em

² Em 2003, o governo federal instituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária, abrigada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e conduzido pelo professor Singer. Em maio de 2004 foi lançado o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF) "com o objetivo de proporcionar a visibilidade, a articulação da economia solidária e oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas, está realizando o mapeamento da economia solidária no Brasil". (www.mtb.gov.br/Temas/EconomiaSolidaria/conteudo/default.asp.) Até o presente momento, a única fonte nacional de dados abrange apenas o cooperativismo e é produzida pela Organização das Cooperativas Brasileiras.

³ Dados de 2003, provenientes do página da Organização das Cooperativas Brasileiras: www.ocb.org.br.

relação ao "pseudocooperativismo", os famosos "cooperagatos" –, isto é, as empresas que funcionam sob a forma jurídica de cooperativa, mas objetivam apenas fugir dos encargos trabalhistas.

As definições por negação aparecem em quase todos os textos e se a ênfase existe é porque o risco de ser confundido e de se confundir com aqueles é iminente. Os riscos são vários: ser confundido, por exemplo, por grupos que querem constituir um empreendimento coletivo e em seguida procuram amparo em agências de fomento; ser confundido pelo Ministério Público que, preocupado em denunciar aquilo que não considera como "cooperativismo autêntico", não olha muito a origem ou ainda pela população em geral, que pouco sabe do cooperativismo e da economia solidária e muito menos das diferenças entre os movimentos. Se o que acabamos de dizer nada mais é do que uma hipótese, uma impressão advinda da experiência profissional no cooperativismo da autora dessa resenha, o risco de se confundir, no sentido de não poder se distinguir, é algo que os próprios textos apontam. Esse risco reside no fato de que as vivências democráticas e autogestionárias implicam em um longo processo de mudança nas posturas das pessoas (tanto de trabalhadores quanto de assessores, técnicos, militantes etc), ameaçado constantemente pelos retrocessos ou degeneração. Por isso aquilo que identifica a economia solidária, isto é, empreendimentos com uma "orientação igualitária democrática", como define André Ricardo de Souza, "onde as pessoas se associam com base em relações de reciprocidade e igualdade", segundo Gabriela

Cavalcanti Cunha e "baseados em formas democráticas", conforme Henrique Zoqui Martins Parra, entre outros, não parece ser um dado incontestável e hegemônico da realidade e mais um projeto político a ser defendido, debatido, implementado e consolidado constantemente. E foi nestes termos que nos referíamos a um equilíbrio instável que aparece com bastante intensidade entre a primeira parte do livro dedicada à perspectiva histórica e política e as três demais, voltadas, respectivamente, ao cooperativismo internacional, às experiências cooperativistas brasileiras e ao processo de formação.

Assim, os estudos de casos descritos na coletânea, que certamente não pretendem ser representativos mas permitem experimentar "um gostinho" da riqueza e diversidade de caminhos trilhados pelos empreendimentos solidários ou denominados como tais, assinalam que o caráter solidário talvez não seja tão marcante como se gostaria nas pessoas que se organizam de maneira coletiva. Isto é, o cooperativismo⁴ de economia solidária na prática cotidiana pode prescindir da vontade das pessoas de transformar posturas e valores em direção à autogestão, solidariedade e democracia. O texto de Regina Dakuzaku, por exemplo, demonstra uma diversidade de razões e interesses em torno da formação de cooperativas pelos deficientes, entre os quais o prazer de se trabalhar em grupo, uma proposta para envolver os fa-

⁴ Usamos a denominação cooperativa, pois os estudos de casos focam somente esta forma de economia solidária. Valeria saber o que justifica essa escolha.

miliares dos usuários, ambos objetivos distantes daquilo que está nos postulados prioritários de economia solidária. Uma análise semelhante no que se refere às razões da participação encontramos no artigo de Maria Regina Cardeal "Cooperativa Habitacional dos Jornalistas: uma história inconclusa", entre as quais a participação aparece como a forma mais barata de se conseguir uma moradia.

Motivos parecidos, pautados em questões outras que o projeto autogestionário e participativo dos empreendimentos, parecem possuir um mérito menor ou sequer serem levados em consideração como um traço constituinte dos empreendimentos classificados como economia solidária no Brasil. A negação ou silenciamento de uma parte da realidade parece colaborar para com a idéia da construção da economia solidária também como um projeto político de um conjunto de pessoas, na maior parte pertencentes ao circuito de agências de fomento. A hipótese seria um tanto óbvia, se não fosse o fato de que este caráter da economia solidária é um tanto silenciado para não ofuscar as origens populares dessa economia.

Um outro traço interessante sublinhado pelos autores é a dimensão da formação política e cívica mais geral em empreendimentos solidários. Ao autogerirem seu empreendimento, as trabalhadoras e os trabalhadores adquirem uma prática democrática que pode ser aplicada em outros espaços sociais e políticos. Dada a importância da vazão do econômico para o político, as manifestações de degradação dos espaços autogestionários alarmam e preocupam, mais inclusive do que a viabilidade econômica, tema secundário desta coletânea (com exceção do texto de Juan Cruz-Moreira sobre cooperativas populares de confecção no estado de São Paulo). Do conjunto dos artigos, emerge uma representação da participação como uma obrigação, um credo, uma exigência quase moral ou resultado de maior relevância, desde que garantidos os espaços c as condições favoráveis para tanto. Como se não pudessem existir entre os trabalhadores gradações nas vontades de participar, interesses ou atividades mais envolventes do que o empreendimento do qual se faz parte.

As experiências internacionais lançam uma luz interessante sobre essa questão. Tanto o caso de Mondragón quanto o de kibutzim israelenses, na interpretação dos autores Pablo Ortellado e Denise Gomide, assinalam o distanciamento do ideário de seus precursores e pioneiros e apresentam consequências de influências externas de diversas ordens econômica, social e cultural – que impactam fortemente no seu funcionamento. Estes dois ícones de cooperativismo mundial vivem dilemas ou contradições semelhantes ao que é ou pode ser encontrado em empreendimentos solidários. As hipóteses contidas no texto de Egeu Esteves "Os desafios à igualdade nas cooperativas autogestionárias" encontram ressonância no artigo "Mondragón e os impasses do cooperativismo", dentre as quais vale destacar a desigualdade crescente dos rendimentos, o encolhimento de espaços de participação democráticas, controle sobre o trabalho e a divisão entre os trabalhos de direção e de execução.

Como não poderia deixar de ser dentro de um campo em construção e em busca de identidade os artigos contêm propostas, indicações e apontamentos de caminhos para que "uma outra economia seja possível". Entre os mais abrangentes, encontramos a necessidade de transformação da economia solidária em um movimento político, a urgência da articulação de empreendimentos entre si, com outros movimentos sociais e políticos e poder público, a politização de suas unidades, a integração em um amplo movimento político, ideológico e cultural. No patamar dos empreendimentos, emerge a necessidade da formação dos trabalhadores e da melhoria de assessoria por parte das agências de fomento, entre outros. A amplidão do leque reflete o grau de efervescência e da penetração da economia solidária em diversos âmbitos sociais.

Sem dúvida importantes, os postulados supramencionados não surpreendem, mas o que deixa a discussão mais tensionada e desafiadora ainda são os caminhos possíveis das experiências internacionais. Denise Gomide, por exemplo, aponta, a partir da experiência

acumulada de kibutzim, a necessidade de seu contínuo redefinir-se e recriar-se nas sucessivas gerações para estabelecer comprometimento e satisfação para com e entre os associados. Pablo Ortellado, por sua vez, diante das contradições do complexo Mondragón, clama pelo reconhecimento transparente das divergências entre a prática e o plano ideal como parte integrante dos empreendimentos cooperativistas.

E se, como própria Denise Gomide assinala, trata-se de interpretações brasileiras e que portanto devem dizer algo a respeito de nossa realidade, seus apontamentos vão ao encontro do sofisticado e raro argumento de André Barreto em seu "Cultura da cooperação: subsídios para uma economia solidária": "necessitamos transformar também o capitalismo incorporado em nós". A primeira pessoa do plural é um detalhe que faz toda diferença, isto é, implica todos no processo aqui e agora: dos empreendimentos às agências de fomento que os circundam e os apóiam na construção da economia solidária, ainda que isto signifique assumir a existência de tendências contraditórias, mas nem por isso menos belas e promissoras.

